



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

DIREITOS: RESTRIÇÃO OU NEGAÇÃO? UM OLHAR PARA O PROJETO DE URBANIZAÇÃO NA VILA DA BARCA EM BELÉM (PA)

Maria do Socorro Rocha Silva¹

Daniele Cruz Batista²

Cricyla Silva da Silva³

Elizandra Queiróz de Jesus⁴

Daniel de Brito da Silva⁵

Resumo: A constituição das cidades vem sendo historicamente marcada pela lógica capitalista, seja através do embelezamento dos chamados centros urbanos, ou ainda pela política de ocupação e uso das terras. O projeto de urbanização na Vila da Barca traz à tona a reflexão acerca da perspectiva dos direitos e se de fato há uma materialização do acesso aos direitos pelos sujeitos cidadãos.

Palavras-chave: Urbanização, Direitos, Vila da Barca.

Abstract: The Constitution of cities has been historically marked by capitalist logic, either through the beautification of urban centres, or by the policy of occupation and use of land. The urbanization project in the village of Barca back up the reflection on the perspective of the rights and if indeed there is a materialization of access to rights by subject townspeople.

Keywords: Urbanisation, Rights, Vila da Barca.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como análise principal fazer uma reflexão acerca da problemática da urbanização na cidade de Belém, levando em consideração todo o contexto social, geográfico, histórico e econômico enfrentados ao longo de diversos períodos de transição, e como os direitos são apreendidos pelos sujeitos e materializados pelo Estado. A Vila da Barca está localizada no bairro do Telégrafo, no centro da cidade de Belém do Pará, onde moradores representam um mito de resistência ao ocuparem o local mesmo em condições precárias.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Faculdade Integrada Brasil Amazônia. E-mail: <mariasocial2@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Faculdade Integrada Brasil Amazônia. E-mail: <mariasocial2@gmail.com>.

³ Profissional de Serviço Social. Faculdade Integrada Brasil Amazônia. E-mail: <mariasocial2@gmail.com>.

⁴ Profissional de Serviço Social. Faculdade Integrada Brasil Amazônia. E-mail: <mariasocial2@gmail.com>.

⁵ Profissional de Serviço Social. Faculdade Integrada Brasil Amazônia. E-mail: <mariasocial2@gmail.com>.

O interesse em abordar a temática culminou através do Projeto de extensão intitulado “Direitos sociais e educação ambiental na Vila da Barca: A comunidade acadêmica apoia essa barca”, que tem por objetivo atuar na publicização dos direitos sociais e ambientais, junto aos(as) moradores(as) da Vila da Barca que se encontram em situação de risco social.

Desta forma, ao adentrar na comunidade e conhecer de perto as histórias de vidas de algumas famílias que residem na Vila da Barca, observou-se a necessidade em discutir os direitos dos sujeitos que ali residem, haja vista a compreensão dos(as) moradores(as) sobre a categoria “Direito” e como se veem como detentores de direitos.

Deste modo, o presente disposto discorrerá sobre as seguintes direções: um breve histórico do processo de ocupação e urbanização de Belém, posteriormente adentramos no histórico da vila da barca e por último será discorrido sobre Direito na Vila da Barca: Restrição ou negação?

2. PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE BELÉM

O processo de acumulação do estado capitalista e a luta de classe são elementos pelos quais podemos entender os problemas urbanos, por exemplo, vivenciados por cidadãos em todo mundo, como é o caso da cidade de Belém, no estado do Pará.

Belém do Grão Pará, está localizada na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará. E sua posição foi estrategicamente escolhida com objetivos militares em meados do século XVII, favorecendo suas atividades portuárias e servindo como entreposto comercial, para concentração de fluxos econômicos de uma rede urbana com as outras cidades e vilarejos ao longo da bacia fluvial do Amazonas (CORREA, 1989).

O espaço urbano de Belém foi erguido sobre fontes hídricas orientadas à ocidental, pelas Baías de Guajará e, à meridional, pelo Rio Guamá, onde na maioria são áreas de igapó e de várzea, nas quais a ocupação nem sempre se fez de maneira correta com terraplenagem e drenagem adequada (RODRIGUES, 1996). Essa configuração geográfica de Belém constituiu-se num grande impedimento à expansão urbana da cidade, porém, aos poucos, essas áreas foram sendo ocupadas pelas camadas populares, e também pelo capital imobiliário, estimulados pelo Estado através de programas de renovação urbana.

Em 1897, assume o governador Antonio Lemos, este considerado um dos responsáveis por grandes obras na cidade, como: reforma de várias praças;

intensificação da arborização, através de mangueiras nas principais ruas; construção do matadouro público; criação de serviço de limpeza urbana e também com a criação de novos bairros.

O resultado dessa política vai ser a elitização do espaço urbano e a expulsão dos setores populares para as áreas mais afastadas do centro da cidade; podemos afirmar que uma das diversas causas dos problemas urbanos de Belém, enfrentados na atualidade, é consequência de fatores históricos ocorridos há mais de um século.

A cidade de Belém evitou a ocupação nas áreas de igapó e de várzea, tanto pelo seu contingente demográfico, estagnado devido à crise da borracha, quanto pelas iniciativas de planejamento urbanístico de Antônio Lemos. Esse processo durou até a década de 40, pois, com a segunda guerra mundial, a Amazônia torna-se objeto de fornecimento e látex aos aliados, através dos acordos de Washington. É nesse período que Belém passa a vivenciar novas alterações em sua estrutura, devido a um novo desenvolvimento urbano, possibilitando a condição de centro político-administrativo regional (RODRIGUES, 1998).

Diante de tais características geográficas, a estrutura do espaço urbano acabou sendo um desafio e uma constante luta devido às áreas alagadas, visto que sua ocupação se deu inicialmente por áreas ribeirinhas, pelas atividades realizadas na beira do rio. Com isso, no século XX, as famílias que não possuíam recursos financeiros para se manterem nos espaços do centro urbano eram obrigadas a ocupar locais impróprios e sem condições de habitabilidade.

A produção do espaço belenense a partir desse momento é influenciada, notadamente, por programas de renovação urbana e pelo papel das camadas populares através da forma espontânea da produção de habitação, principalmente em área insalubres. Nesse sentido, como agentes principais do processo de produção do urbano, destacam-se, além dessas camadas populares, o Estado e o capital imobiliário, que passam a exercer uma ação contundente na organização espacial. (TRINDADE JR.1997).

3. HISTÓRICO DA VILA DA BARCA

O espaço urbano de Belém foi erguido sobre fontes hídricas orientadas à ocidental, pelas Baías de Guajará e, à meridional, pelo Rio Guamá, onde na maioria são áreas de igapó e de várzea, nas quais a ocupação nem sempre se fez de maneira correta com terraplenagem e drenagem adequada. (RODRIGUES, 1998). Essa configuração geográfica de Belém se constituiu num grande impedimento à expansão urbana da cidade, porém, aos poucos essas áreas foram sendo ocupadas pelas

camadas populares, e também pelo capital imobiliário, estimulados pelo Estado através de programas de renovação urbana.

A ocupação da comunidade Vila da Barca, segundo Solange (2006), tem sua origem na primeira metade do século XX, em meados de 1930, quando a construção da estrada de ferro Belém-Bragança foi iniciada, bem como investimentos do Estado na área portuária. Localiza-se no bairro do telégrafo, na cidade de Belém-PA, entre a Baía do Guajará e a Avenida Pedro Álvares Cabral, importante rota ao centro comercial da cidade.

A partir de década de 40 do século XX, a Vila da Barca intensificou o contingente de famílias, que estavam sendo expulsas de áreas, onde o capital desejou transformar em mercadoria. O surgimento da ocupação da Vila da Barca, não se difere da realidade das ocupações desordenadas de outras cidades, onde inicialmente a população migra para a capital, em busca de sonhos e melhores condições de vida, e posteriormente são expulsas ou passam a viver em condições precárias.

A Vila da Barca tem sua história construída a partir de homens e mulheres, a maioria oriundos de cidades e áreas ribeirinhas, que vieram pra Belém em busca de novas alternativas de vida e fixaram suas moradias em áreas parecidas com que viviam, como era o caso do igarapé das almas.

No momento em que a área do igarapé das almas passa por um processo de urbanização para se tornar um grande espaço de circulação de capital e moradia da classe média e alta de Belém, ocorre-se o processo de “expulsão” dos moradores daquela área, que não à toa concentrava famílias, que ao longo de sua história apresentavam um processo de sociabilidade com características ribeirinhas e costumes amazônicos.

Assim, a Vila da Barca iniciou a sua ocupação, tendo em vista a necessidade dessas famílias de buscarem áreas próximas do que viviam e perto do rio, e assim casas de madeiras foram sendo construídas à margem da Baía do Guajará, sem nenhuma condição de moradia.

Ao passar dos anos, o número de famílias duplicou, e as casas não podiam avançar para dentro da baía, e assim a Vila da Barca foi se expandindo para “área seca”, e casas de alvenaria foram construídas até a Avenida Pedro Álvares Cabral, principal avenida que liga diversos bairros ao centro de Belém, como também nessa área foi construído o posto de saúde da Vila da Barca e a Associação dos moradores.

É importante ressaltar que muitas notícias propagadas pelos meios de comunicação em geral, no que se refere à comunidade da Vila da Barca, geralmente referenciam como um local insalubre, de alto nível de periculosidade, de esconderijos de marginais, de extrema pobreza, dentre outros. Porém, naquele espaço há

trabalhadoras e trabalhadores que no cotidiano lutam pela sobrevivência e resistem ao grande capital, na perspectiva de uma cidade mais justa e igualitária.

Devido ao cenário problemático que se arrasta há décadas, a atual política habitacional brasileira tem seguido a diretriz de intervir urbanisticamente em áreas de assentamentos precários, através de ações de infraestrutura urbana e construção de moradias populares. A partir da criação do Ministério das Cidades em 2003, estados e municípios passaram a desenvolver e implementar projetos com recursos federais de acordo com a orientação nacional de manter a população originária no local da intervenção.

Diante de tantos problemas enfrentados ao longo de décadas, surge o Projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca, que teve sua aprovação no ano de 2003 e as obras estavam para serem iniciadas a partir de junho de 2004, porém, devido aos problemas com o terreno e posteriormente com a empresa vencedora da licitação, as obras iniciaram literalmente em janeiro de 2006. O projeto é uma parceria da Prefeitura de Belém com o governo federal, através do programa de erradicação de palafitas do Ministério das Cidades e que estava para beneficiar 700 famílias.

O projeto é a primeira intervenção urbanística em 80 anos de existência do local e ele terá também um caráter social, com programas paralelos de geração de emprego e renda e educação ambiental.

Dentre os objetivos do projeto destacamos: Contribuir para a constituição de uma nova mentalidade sanitária e sócio-ambiental, através da participação popular em atividades de Educação Sanitária e Ambiental, de forma a prevenir a ocorrência e/ou reduzir a incidência de doenças, mediante processos de educação ambiental e sanitária articulando com secretarias afins.

Porém, passados mais de 15 anos, o projeto não tem uma perspectiva de ser concluído, sendo entregues aproximadamente 20% das unidades habitacionais, e os problemas urbanos crescem e têm provocado sérios problemas aos(as) moradores(as).

4. DIREITOS: RESTRIÇÃO OU NEGAÇÃO? UM OLHAR PARA O PROJETO DE URBANIZAÇÃO NA VILA DA BARCA EM BELÉM-PA.

O desenvolvimento do projeto de extensão na Vila da Barca nos trouxe algumas reflexões acerca da concepção do direito à moradia, como também da apropriação dos direitos por parte da classe trabalhadora; logo, o questionamento à tona é: Os direitos foram realmente conquistas da classe trabalhadora? Se a resposta for sim, por que os moradores da Vila da Barca, por exemplo, não conseguem acessá-los? Mas se a

resposta for não, o que justifica normatizações e legislações que preconizam direitos? O que realmente explica tudo isso?

Vamos iniciar dialogando com Behring e Santos(2009) onde as mesmas trazem uma análise dos direitos, como sendo um campo minado de perdas, lutas e contradições, afirmando que:

Sabemos que, no desenvolvimento da sociabilidade, um conjunto de contradições e o antagonismo entre as necessidades do capital e as do trabalho frustraram amplamente as promessas de liberdade e de igualdade, bem como a efetivação de uma vida social sem dominação, exploração e opressão. Podemos, assim, afirmar que, no tempo presente, os segmentos do trabalho, ao invés de sujeitos de direitos, são sujeitos da desigualdade, que convivem nos cenários de violência endêmica e de barbárie...(p.328)

A vivência na Vila da Barca nos trouxe a reflexão teórica e o questionamento sobre as mudanças reais na vida da classe trabalhadora, ao longo da história, com as promulgações de leis que traduziam a conquista de direitos à sociedade brasileira. Afinal foram conquistas reais ou uma estratégia do capital para nos iludir, através de uma individualidade, que só consegue se realizar dentro das bases do consumo? Para Behring e Santos (2009),

...é fundamental enfatizar que a substância da desigualdade, do consumismo, do individualismo e da mercantilização desenfreada não está no aprimoramento da técnica, da ciência nem das inovações tecnológicas em si, mas no conjunto das relações sociais que as dirigem, que comandam o trabalho, impedindo os indivíduos de alcançarem as condições sócio-históricas que possibilitem torná-los sujeitos do seu espaço-tempo; sujeitos que colocam a ciência, a técnica e todo o desenvolvimento das forças produtivas a serviço da realização das necessidades individuais e coletivas, para, assim, verdadeiramente, se apropriarem, com vida e sentido de socialização, do patrimônio sócio-cultural da humanidade. (p.329)

Ao interagir com moradores(as) da Vila da Barca, através de visitas domiciliares e rodas de conversas, percebemos o quanto a concepção ideológica capitalista também está presente naquele espaço citadino, através da fragilidade e ausência dos direitos à moradia, saúde, educação, cultura, lazer, dentre outros. Segundo Behring e Santos (2009),

O direito assume, portanto, na formação social capitalista, uma função ideológica de alta complexidade com consequências sócio-políticas. Isso porque quando reconhece os agentes da produção como sujeitos iguais, na verdade, efetiva-se aí um modo particular de ordenar e disciplinar os conflitos sociais. Entram em cena dispositivos normativos e ideológicos que servem ao processo de naturalização das relações econômicas e de classe, na medida em que os indivíduos são tratados de modo genérico, destituídos das relações reais e históricas que vivenciam. (p.330)

A Vila da Barca está rodeada por empreendimentos comerciais, industriais e imobiliários, e todos estes pertencentes a uma fração de classe dominante. A

comunidade da Vila da Barca também sofre com o estereótipo de área perigosa e violenta, pensamento este que também é absorvido por uma fração de moradores, que culpabilizam seus pares por virem “invadir” o espaço onde moram, porém não conseguem acessar a mesma crítica às empresas, indústrias e prédios que se instalam ao redor da Vila da Barca, o que faz todo sentido, se dialogarmos com a análise discutida acima sobre o domínio do grande capital, através do discurso ideológico dos direitos iguais para todas as classes sociais.

A Vila da Barca hoje está dividida entre duas áreas: palafita e “projeto”, pois, após o início das obras do projeto de urbanização e habitação da Vila da Barca, 136 famílias foram reassentadas, na mesma área, porém mais da metade dessas famílias, segundo dados do projeto de extensão, voltou para a área de palafitas ou foram para outras áreas distantes, vendendo ou alugando o imóvel. O projeto não deu continuidade e muitas casas ficaram inacabadas e foram ocupadas por grupos de jovens dependentes de drogas ilícitas.

Vale destacar que dos inúmeros motivos que fizeram moradores retornar para a área de palafita, um dos mais comentados foi o custo em manter a unidade habitacional, com pagamento de impostos, diante de uma realidade de desemprego e baixa escolaridade, cuja renda se resume ao bolsa família, e em alguns casos ao Benefício de Prestação Continuada. Pois a renda de algumas famílias, antes de irem para as novas unidades habitacionais, era oriunda de trabalho informal, principalmente criação de porcos, peixes, açaí e pequenos comércios.

As famílias na Vila da Barca resistem diante da força do capital em solapar sua história, cultura e costumes, mas não estão fora do domínio ideológico capitalista, quando não conseguem enxergar suas amarras, nem tão pouco a dominação do estado capitalista, que com isso impede, inclusive, que esses sujeitos tomem consciência e realizem a construção de seus projetos de vida, de forma livre e com autonomia.

Figura 1: área do projeto, 2018.



Fonte: Arquivo Projeto de Extensão

Figura 2: criação de porcos na área de palafita, 2018



Fonte: Arquivo Projeto de Extensão

As últimas décadas nos apresentam, portanto, um discurso de crise mundial, mas com alternativa de enfrentamento através da retração dos direitos, com discurso de que, para se manter a estabilidade da economia mundial, é necessária a retirada de “alguns” direitos, concepção que vem sendo reproduzida inclusive por frações da classe trabalhadora, com discurso de garantia dos direitos possíveis àqueles que trabalham e contribuem para o bem estar da sociedade; porém, para Behring e Santos(2009) “quando os direitos são conquistados e regulados na forma da lei, isso não significa a superação nem da desigualdade social nem das formas de opressão vigentes na vida cotidiana.”(p.332).

Portanto, é imprescindível que a defesa pelos direitos esteja acompanhada e atrelada à liberdade humana, equidade e justiça social, caso contrário estaremos no abismo ilusório de defender e lutar pelo que chamamos de direitos, pelo simples fato de terem sido materializados sob a forma de lei; porém, se olharmos no interior da Vila da Barca, entenderemos que a legislação não foi capaz de garantir direitos aos(as) trabalhadores(as) que ali resistem e enfrentam ao grande capital; pelo contrário: quanto mais conhecemos a história da Vila da Barca, mais visualizamos o quanto os direitos são negados a esses sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da vivência na Vila da Barca, não há dúvidas da presença e domínio do Estado capitalista, através de um sistema totalmente desigual e segregador, objetivando apenas o lucro e exploração da classe trabalhadora.

A compreensão da constituição da cidade nos ajudou a entender o processo de apropriação do espaço como mercadoria, cujo objetivo sempre foi o lucro, logo foi imprescindível a apreensão do processo de ocupação de Belém para que assim pudéssemos compreender a dinâmica de ocupação na Vila da Barca e a sua história,

conhecendo o processo de deslocamento da força de trabalho e da oferta de emprego para a cidade de Belém, como também o movimento do Estado capitalista e os interesses do mesmo, na perspectiva da visão do todo, não apenas de partes isoladas e ideologicamente explicadas.

A Vila da Barca é um lugar de resistência, pois é um espaço desejado e almejado pelo grande capital, por estar localizada às margens da Baía do Guajará e ser uma área visualizada por turistas que chegam a Belém, pelo ar, ou os que resolvem conhecer Belém pelo rio, sendo também um dos motivos da ausência do poder público na área, como uma forma de isolá-los e, assim, o expulsarem de uma área que pode trazer lucros incontáveis ao grande capital.

A aproximação com a Vila da Barca desmistificou o olhar sobre uma área que sofre com espetacularização da violência, como também nos ajudou a entender uma parte da história de Belém, através de homens e mulheres que foram os(as) pioneiros(as) na área e que constroem aquele espaço, através de lutas e resistências.

Na perspectiva ideológica da sociedade capitalista, ao estabelecer tratamento igual aos desiguais, os sujeitos, sejam os que detém os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho, são sujeitos de direitos. Tal perspectiva justifica a contradição e a desigualdade precisa ser naturalmente aceita, principalmente pela classe trabalhadora, com intuito de garantir a passividade e a acumulação, exploração e opressão de uma classe sobre a outra, e, com isso, os direitos preconizados em leis tornam-se fragilizados e desacreditados, enquanto o ideológico capitalista se estabelece na sociedade.

Portanto, a negação dos direitos aos moradores da Vila da Barca nos traz a reflexão de que a luta por direitos está inserida na dinâmica da luta de classes, no descortinamento da disputa de projeto societário, e que depende também das condições objetivas que causam interferências na sociedade; logo, é imprescindível resistir e enfrentar o grande capital em defesa de uma sociedade sem dominação, exploração e opressão.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa. **Urbanização e remoção**: Porque e Para quem?. Belém: Edufpa, 1989.

BEHRING, Elaine R; SANTOS, Silvana. **Questão Social e Direitos**. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. 1. ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 316-336.

CORREA, Antônio José Lamarão. **O Espaço das Ilusões**: Planos Compreensivos e Planejamento Urbano na Região Metropolitana de Belém. Dissertação de Mestrado, Belém: NAEA/UFPA, 1989.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém - Estudo de Geografia Urbana**. 1º Vol. UFPA, 1968.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana**: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém: Editora, 1996.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade e Unidos na Condição – Cidade Nova**: espelho da segregação em Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SILVA, Maria do Socorro Rocha. **Percepções e perspectivas dos sujeitos envolvidos no projeto de urbanização e habitação da Vila da Barca**. Trabalho de conclusão de Curso. Belém: UFPA, 2007.

SOUZA, Solange Silva. **Os caminhos da Urbanização da Vila da Barca**: passado, presente e perspectiva futuras. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Belém: UFPA, 2006.

TRINDADE JR, Saint Clair. **Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano em Belém**. Belém: PA [s.n.], 1997